

## Educação e barbárie:

da Dialética do Esclarecimento ao Homo Sacer

Sinésio Ferraz Bueno

**Como citar:** BUENO, Sinésio Ferraz. Educação e barbárie: da Dialética do Esclarecimento ao Homo Sacer. In : PAGNI, Pedro Angelo; GELAMO, Rodrigo Pelloso (org.). **Experiência, educação e contemporaneidade**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Poesis, 2010. p.237-247. DOI: <https://doi.org/10.36311/2010.978-85-7983-062-4.p237-247>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

## *Educação e barbárie: da Dialética do Esclarecimento ao Homo Sacer*

Sinésio Ferraz Bueno<sup>1</sup>

Uma das teses mais perturbadoras da história da filosofia ocidental, sem dúvida, foi aquela formulada por Adorno e Horkheimer, em sua *Dialética do Esclarecimento*. Como se sabe, os dois filósofos enunciaram com admirável precisão a contradição imanente ao progresso da civilização: na mesma medida em que os homens se emanciparam frente ao poder da natureza, por meio dos avanços científicos e tecnológicos, um novo estado de barbárie prospera silenciosamente, não em oposição ao progresso da razão, mas graças a este, como seu subproduto histórico. O processo de racionalização, por meio do qual a humanidade logrou a superação do estado de dependência e de medo frente às forças da natureza, desenvolveu-se de maneira a tal ponto violenta e implacável que os próprios homens foram convertidos em objeto de dominação totalitária. À luz dessa análise, se os diversos episódios de barbárie testemunhados ao longo do século XX indubitavelmente representaram a vitória de uma irracionalidade homicida, isso não ocorreu à revelia do progresso da razão, uma vez que o holocausto judeu, a bomba atômica, a ameaça nuclear e, mais recentemente, o aquecimento global somente se tornaram realidade por meio do cálculo e do planejamento racional.

À identidade entre conhecimento e dominação, desse modo estabelecida pelos teóricos críticos, correspondeu igualmente o imperativo da autorreflexão da razão e da elaboração do passado, de tal modo que os potenciais emancipadores da razão possam despertar de sua anestesia forçada e recuperar as esperanças em nome das quais a razão outrora se justificou. As implicações da crítica frankfurtiana da razão no campo educativo tornam-se evidentes, uma vez que a educação não poderia deixar de estar envolvida pela mesma dialética que afeta a razão. Da mesma forma que a razão converteu-se em instrumento de cálculo, identificando-se quase que integralmente com equações instrumentais

---

<sup>1</sup> Doutor em Filosofia da Educação, pesquisador do GEPEF e professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNESP de Marília.

que subordinam a vida humana à relação entre custo e benefício, assim também a educação rendeu-se à hegemonia da adaptação bem sucedida ao *status quo*, em detrimento de sua vocação formadora. A codeterminação entre a dialética do esclarecimento e a dialética da educação é tão clara nas obras dos teóricos críticos que poderia inclusive prescindir de uma formulação tão explícita como o imperativo de que *Auschwitz não se repita*. Se Adorno, em uma de suas conferências, resolveu fugir a seu estilo habitualmente aforismático e ensaístico, definindo com clareza e simplicidade a urgência da tarefa que deveria caber aos educadores, isso se justifica em virtude do grau em que a própria educação sucumbiu, no mundo contemporâneo, à semiformação. Refletir acerca das tendências regressivas da educação contemporânea e de sua cumplicidade, nem sempre evidente com a expansão das tendências destrutivas, será nosso objeto de reflexão, neste trabalho.

## I

A homologia entre a crise da razão e a crise da educação pode ser sintetizada sob a seguinte identidade: a redução da racionalidade à instrumentalização integral do mundo no campo epistêmico corresponde, no campo educativo, à redução da educação a semiformação. O alcance da instrumentalização do conhecimento e da educação fica evidenciado quando o ato cognoscente, sendo condicionado à avaliação dos homens e das coisas de acordo com o critério de sua potencialidade funcional, eleva o sujeito do conhecimento a uma condição de autarquia ilusória, corretamente denominada por Adorno e Horkheimer como paranóia. Quando as operações cognitivas de conhecimento do mundo rendem-se à identidade entre o objeto e sua utilidade na realidade vigente, não é somente a transcendência conceitual que é sacrificada, mas a própria capacidade humana de vincular o conhecimento a finalidades éticas e emancipadoras. A esfera do conhecimento, impregnada pela patologia, reprime as possibilidades de autorreflexão, que requerem, sobretudo, sujeitos capazes de “elaborar intelectualmente o fracasso da pretensão absoluta”, em vez de insistir na “pretensão que levou seu juízo ao fracasso” (HORKHEIMER; ADORNO, 1985, p. 181). Homologamente, no campo educativo, a paranóia epistêmica é correspondida com uma pedagogia instrumental submetida aos imperativos de integração ao *status quo* e alheia à necessidade de autorreflexão. Como resultado desse tipo de cegueira objetivamente, induzida e associada sem maiores problemas com a normalidade, os potenciais críticos e emancipadores da razão rendem-se ao estado geral de semiformação. Essa complementaridade entre paranóia cognos-

cente e semiformação educativa manifesta-se claramente quando Adorno resalta a propriedade essencial da semiformação, a saber, sua qualidade imanente de “esfera do ressentimento” claramente descrita em debate de 1968, intitulado *A educação contra a barbárie*:

Penso que, além desses fatores subjetivos, existe uma razão objetiva da barbárie, que designarei bem simplesmente como a da falência da cultura. A cultura, que conforme sua própria natureza promete tantas coisas, não cumpriu a sua promessa. Ela dividiu os homens. A divisão mais importante é aquela entre trabalho físico e intelectual. Deste modo ela subtraiu aos homens a confiança em si e na própria cultura. E como costuma acontecer nas coisas humanas, a consequência disto foi que a raiva dos homens não se dirigiu contra o não-cumprimento da situação pacífica que se encontra propriamente no conceito de cultura. Em vez disto, a raiva se voltou contra a própria promessa ela mesma, expressando-se na forma fatal de que essa promessa não deveria existir. (1995a, p. 164).

A perda de confiança na cultura e sua correspondente hostilidade rancorosa frente à promessa não-realizada da liberdade fornecem o caldo cultural e subjetivo favorável ao fascismo. A propagação da personalidade autoritária é o resultado mais danoso desse clima cultural geral, uma vez que a própria capacidade de resistir é seriamente dificultada, pois o que é “produzido objetivamente é também a índole subjetiva que torna impossível a compreensão objetivamente possível” (ADORNO, 1971, p. 262). A semiformação difunde a “educação por cotoveladas”, que, em vez de aproximar os homens sob condições pacificadas de existência, propaga exaustivamente o seu contrário: a conversão das pulsões de morte em destrutividade generalizada. Marcuse assinalou com precisão a racionalidade irracional da forma de progresso hegemônica na sociedade burguesa: “é com uma nova despreocupação que o terror é assimilado com a normalidade e a destrutividade com a construção” (1981, p. 6). O comprometimento da promessa emancipadora originalmente contida na educação libera as pulsões agressivas ao mesmo tempo em que enfraquece a formação de vínculos eróticos sublimados entre os homens. Identificada com a normalidade e intensificada pela aversão frente à própria cultura, a destrutividade tende a se acumular sob a forma de delírio persecutório voltado contra os mais frágeis da hierarquia social, caracterizando dessa forma o clima geral favorável ao fascismo. Sob tais condições de “identificação com o agressor”, a agressividade acumulada “volta-se contra os que não pertencem ao todo, aqueles cuja existência é a sua negação”. (MARCUSE, 1981, p. 100).

A intensificação de processos liberadores de agressividade, que caracteriza, no plano filogenético o fascismo, e, no plano ontogenético, a personalidade autoritária, traduz de maneira precisa a preocupação emblematicamente expressada por Adorno em sua advertência de que a não repetição de *Auschwitz* é condição essencial para uma educação emancipadora. Com efeito, a “vida danificada” analisada por Adorno equivale a um testemunho histórico da compulsão à repetição sistemática das pulsões de morte. Ana Carolina Soliva Soria resumiu de maneira clara a inspiração fortemente freudiana contida nos aforismos de *Minima Moralia*, de Adorno. Para essa autora, a vida danificada denunciada por Adorno é resultado da busca de satisfação das pulsões de morte, que ao rebaixar a civilização ao estado inorgânico, “transforma todos os indivíduos em meras extensões das máquinas no processo de produção dos bens de consumo” (SORIA, 2008, 46). A redução dos indivíduos à condição ultrajante de apêndices do capital, sob um clima geral de favorecimento da canalização irrefletida das pulsões agressivas, explicita, assim, a tendência de repetição de episódios de barbárie, justificando a extrema atualidade do imperativo categórico adorniano de que *Auschwitz não se repita*.

## II

A sombra sinistra do progresso, que foi objeto de ampla reflexão por parte dos teóricos críticos, sofreu recentes repercussões no campo filosófico com a trilogia de Giorgio Agamben, dedicada à análise da problemática do *homo sacer*. Agamben parte da constatação de Michel Foucault, quando este, na conclusão de *A vontade de saber*, assinala que, nos limiares da Idade Moderna, a vida natural passou a ser incluída dos mecanismos e cálculos do poder estatal, em um processo histórico mediante o qual a política converteu-se em biopolítica. A singularidade dessa transformação é explicitada por Foucault pela comparação com o significado atribuído por Aristóteles ao homem: este era animal vivente e além disso capaz de vida política. Agamben, por sua vez, assinala como traço decisivo justamente a eliminação moderna do “além disso”. O homem moderno é um animal cuja política é apenas a administração da “vida de ser vivente”, ou seja, para a política contemporânea, que é reduzida a biopolítica, não importa mais a busca do “viver bem”, mas simplesmente e apenas a administração da vida nua, a animalização do homem, por meio de variadas técnicas políticas, “a possibilidade de proteger a vida ou autorizar seu holocausto”. Assim, é a relação entre vida nua e política que governa secretamente as ideologias da modernidade, à esquerda e à direita. Quanto ao “viver bem”, segundo Agamben, este

foi reduzido ao narcisismo compulsivo e hedonismo de massa da sociedade do espetáculo.

Agamben se pergunta: “Qual é a relação entre política e vida, se esta se apresenta como aquilo que deve ser incluído através de uma exclusão?” Essa interrogação é respondida pelo diagnóstico para o qual a política ocidental se consubstancia de acordo com uma lógica da exceção, pois, quando o Estado põe a vida biológica, nua, no centro de seus cálculos, configura-se uma dialética sinistra por meio da qual o próprio ato de incluir contém o seu oposto: a exclusão. Como a vida de cada ser empírico singular não tem em si mesma valor nenhum, os seres viventes na modernidade reduzem-se à condição de *homo sacer*, figura jurídica ambígua do direito romano, que, embora não pudesse ser sacrificado, poderia ser morto sem que tal homicídio configurasse um crime a ser julgado. Agamben aponta, pois, uma contradição decisiva a caracterizar a modernidade. Justamente no momento histórico em que a vida humana é incluída no ordenamento (Direitos Humanos), essa inclusão se dá sob a forma de sua exclusão, de sua absoluta matabilidade. A vida nua está presa ao estado de exceção, que, segundo Benjamim, deixa de estar referido a uma situação externa e provisória de perigo e passa a confundir-se com a própria norma: a vida nua é incluída somente através de uma exclusão. Diz Agamben: “A nossa política não conhece hoje outro valor que a vida, e até que as contradições que isto implica não forem solucionadas, nazismo e fascismo, que haviam feito da decisão sobre a vida nua o critério político supremo, permanecerão desgraçadamente atuais” (2007, p. 18).

A contradição moderna, por meio da qual a inclusão da vida nua em um conjunto jurídico de protocolos que visam à sua proteção estabelece simultaneamente a absoluta matabilidade de todo ser humano vivo, configura uma circunscrição espacial específica. Conforme Agamben, o campo torna-se a matriz oculta da modernidade, pois “é o espaço que se abre quando o estado de exceção começa a tornar-se a regra” (2007, p. 18). O campo é o lugar que se caracteriza pela indistinção entre exceção e regra, ou, em outras palavras, pela suspensão legal da lei. No campo o poder tem à sua disposição a vida nua sem qualquer mediação. “Por isso o campo é o próprio paradigma do espaço político no ponto em que a política torna-se biopolítica e o *homo sacer* se confunde virtualmente com o cidadão” (2007, p. 14). Assim, o campo é o espaço político da modernidade, e nos encontramos diante dele toda vez que é criada uma estrutura de exceção. O campo possui localização deslocante, metamorfoseada segundo diversos contextos: nas favelas das periferias, nas zonas de detenção dos

aeroportos, nas populações que aguardam intervenção militar humanitária<sup>2</sup>.

Agamben, portanto, não se reporta ao campo de concentração de *Auschwitz* como um acontecimento histórico e determinado, restrito ao passado. Tal como para Adorno – que certa vez escreveu que toda nossa existência deveria ser vista como campo de concentração –, *Auschwitz* se apresenta para Agamben como paradigma de tantos outros campos que pontuaram e continuam pontuando a história ocidental, campos em cuja circunscrição, atualmente cada vez mais imprecisa e deslocante, uma vida nua se põe à completa mercê de um poder biopolítico soberano. Nessa perspectiva, Agamben acrescenta aspectos fundamentais para reflexões sobre as dificuldades de realização de uma *educação após Auschwitz*. Ambas as abordagens, de Adorno e de Agamben, confluem para uma reflexão dialética em que se trata de apontar a reprodução sistemática do mais absoluto desprezo pela vida humana justamente naquelas esferas em que a vida parece estar sendo valorizada e preservada. Para usarmos termos freudianos, suas obras testemunham a primazia das pulsões de morte, justamente quando, em sua aparência, a vida civilizada ostenta de maneira grandiloquente a defesa e conservação da vida. Para demonstrar essa convergência entre ambos, abordaremos duas passagens da obra dos filósofos. Em Adorno, o aforismo *Interesse pelo corpo*, da *Dialética do Esclarecimento*. Em Agamben, o capítulo *Os direitos do homem e a biopolítica*, de *Homo Sacer*.

### III

O progresso do Esclarecimento, conforme vimos, acarretou a vitória da razão instrumental sobre a natureza, e, com ela, a conversão dos próprios homens em meros objetos de dominação, apêndices do capital. Essa racionalização crescente de todas as esferas da vida manifesta-se como reificação da vida e do próprio corpo, “o amor-ódio pelo corpo impregna toda a cultura moderna” (HORKHEIMER; ADORNO, 1985, p. 217). Ao rebaixar a natureza como objeto de dominação desenfreada, os homens rebaixaram-se a si próprios, submetendo-se aos impulsos destrutivos que espreitam a vida civilizada. O retorno das pulsões agressivas, reprimidas pelo verniz civilizatório presente em cada

<sup>2</sup> A esse respeito, é muito significativo que a “Cúpula sobre segurança alimentar”, que contou com a presença de presidentes de 40 países, tenha sido encerrada em agosto de 2008, em Roma, sem a formulação de qualquer proposta, mesmo retórica, de ação. O fato de que se tenha cogitado diminuir a fome pela metade até 2025 já revela a matriz oculta da biopolítica: trata-se de pensar qual é a porcentagem aceitável de mortes pela fome em determinado período. A grande questão da biopolítica hoje é a seguinte: o aumento no consumo de alimentos está provocando o aumento nos preços, que parece ter vindo para ficar. Se hoje o planeta mal consegue alimentar 6,7 bilhões de pessoas, o que ocorrerá em 2050, quando seremos 9,2 bilhões?



homem singular, manifesta-se como conjunto de sintomas que expressam a patologia da vida moderna. Sob a energia corrosiva que é alimentada pelo ressentimento diante da vida civilizada, o mal-estar freudiano, “a fúria cega sobre o objeto vivo” (HORKHEIMER; ADORNO, 1985, p. 218) busca aniquilar tudo aquilo que encontra, seja sob a forma da barbárie homicida do fascismo, seja sob a forma das formações reativas produzidas pela indústria cultural. A hostilidade pelo corpo vivo, o desprezo pela vida, está presente mesmo quando o pretexto da comunicação prescritiva anuncia “drágeas de vitaminas” e “cremes para a pele” (HORKHEIMER; ADORNO, 1985, p. 218). O impulso para preservar a vida, sem dúvida presente nesses conhecidos apelos publicitários, é traído pelo espírito instrumental que o anima, o qual consiste em prolongar uma vida que não é regida pelos impulsos de Eros, mas pela potencialidade funcional sob a qual homens e natureza são avaliados. A valorização da vida saudável e tão longeva quanto possível racionaliza o desprezo pelo corpo vivo, hostilidade velada que não pode ser claramente anunciada, sob pena de despertar as mais terríveis suspeitas acerca dos pilares da vida normal na sociedade moderna. Segundo Adorno e Horkheimer, a degradação da vida a mero processo químico alimenta o prazer perverso daqueles que manipulam o corpo de maneira análoga ao fabricante de caixões (HORKHEIMER e ADORNO, 1985, p. 219). O culto da vida saudável, que tão lucrativamente prospera graças à frequência de academias de ginástica, ao consumo de vitaminas e à popularização das cirurgias plásticas, entre outros tantos hábitos de consumo na sociedade moderna, espelha muito mais uma visão fria sobre a vida, impelida que é pela avaliação dos homens sob o ponto de vista da maximização de sua utilização produtiva. Testemunha mais o reinado de Thanatos que o de Eros, sob o influxo de uma normalidade estruturalmente comprometida pela patologia. “Na base da saúde reinante está a morte” (ADORNO, 1992, p. 51).

De maneira rigorosamente similar à *Dialética do Esclarecimento*, Agamben inicia sua exposição a respeito da relação entre direitos humanos e biopolítica apontando a ambiguidade contida no título da declaração de direitos de 1789, onde não fica claro se os direitos ali expressos pertencem ao “homem” e ao “cidadão”, ou ao “homem”, desde que seja “cidadão”. A esse respeito, Agamben cita a “insuspeitada profundidade” de Burke, que “preferia de longe os ‘seus direitos de inglês’” (2007, p. 133-134). Ao olhar comum que enxerga na Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão uma demonstração exemplar do progresso da razão em um sentido ético e metajurídico, Agamben prefere a análise de sua função histórica real, que consiste na inserção da vida nua, que até então somente a Deus pertencia, na esfera biopolítica, como fundamento da



soberania do Estado. Como fundamento do Estado moderno, fruto histórico das revoluções burguesas, onde parece ter se situado “o homem como sujeito político livre e consciente”, na verdade instaurou-se juridicamente a vida nua como objeto de administração do poder soberano. Ao contrário do que parece, a nova configuração política que inseriu o ser humano vivente como portador de direitos absolutos não foi meramente transgredida pelo advento posterior do nazismo e do fascismo. Pelo contrário, a geopolítica nazi-fascista foi o resultado histórico mais consequente exatamente da inclusão da vida nua como objeto de administração biopolítica:

Fascismo e nazismo são, antes de tudo, uma redefinição das relações entre o homem e o cidadão e, por mais que isto possa parecer paradoxal, eles se tornam plenamente inteligíveis somente se situados sobre o pano de fundo biopolítico inaugurado pela soberania nacional e pelas declarações de direitos. (AGAMBEN, 2007, p. 137).

Para Agamben, é à luz desse pano de fundo que se pode compreender plenamente o sentido de ter havido distinção entre direitos ativos e passivos. Tal distinção, que pareceu ter sido somente uma restrição ao princípio democrático e igualitário da declaração de direitos, na verdade, anunciou, com todas as letras, seu significado biopolítico concreto, que consiste em redefinir continuamente as fronteiras entre vida nua e cidadania, ou, mais precisamente, entre aqueles que, em determinado contexto biopolítico, podem ser incluídos como cidadãos ou excluídos mediante processos de desnaturalização e desnacionalização em massa (2007, p. 138-139). Dessa forma, a política propriamente moderna caracteriza-se por ter em seu centro um “maciço reinvestimento da vida natural”, que ao discriminar entre “vida autêntica” e “vida nua” separa os “direitos do cidadão” dos “direitos do homem”, configurando uma cisão por meio da qual é possível compreender o fracasso persistente da ONU e das ditas organizações humanitárias em combater a barbárie crescente dos nossos dias.

#### IV

O acontecimento histórico central do século XX, a saber, a emergência do nazi-fascismo, configurou uma certa relação entre vida nua e política que não somente levou às últimas consequências certas tendências ocultas presentes na *Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão*, como também antecipou certo tipo de relação entre poder soberano e ser humano vivente, nitidamente

imperante nos tempos atuais. Para Agamben, desde a Segunda Guerra, o campo não é uma “anomalia pertencente ao passado”, senão “a matriz oculta, o *nó-mos* do espaço político em que ainda vivemos” (2007, p. 173). A novidade que o período posterior à Segunda Guerra testemunha é a persistência das condições que geraram o holocausto. Fiel ao espírito da *Dialética do Esclarecimento*, onde se pode ler que “entre o antissemitismo e totalidade havia desde o princípio a mais íntima conexão” (2007, p. 161), Agamben aponta a consequência funesta advinda da generalização do estado de exceção, sua identificação com a própria norma: “o campo é o espaço que se abre quando o estado de exceção começa a tornar-se a regra” (2007, p. 175). A diferença fundamental de Treblinka e Auschwitz a Guantánamo, Bagdá e ao Morro da Providência, no Rio de Janeiro, é que, desde então, o campo, como espaço político por excelência da modernidade, adquiriu virtualidade, sendo sua localização deslocante, de tal maneira que ali toda forma de vida e toda norma são passíveis de serem capturadas por sua estrutura (AGAMBEN, 2007, p. 182). “O campo, como localização deslocante, é a matriz oculta da política em que ainda vivemos, que devemos aprender a reconhecer através de todas as suas metamorfoses, nas *zannes d’attente* de nossos aeroportos bem como em certas periferias de nossas cidades” (AGAMBEN, 2007, p. 182).

A sobrevivência e expansão dos impulsos anticivilizatórios no interior da própria civilização, a contradição estrutural adequadamente denominada como mal-estar por Freud, e que, para Adorno constitui o maior obstáculo para uma *Educação após Auschwitz*, adquire novos contornos à luz da análise penetrante de Agamben. Quando o campo torna-se o espaço político por excelência da modernidade, explicitando a possibilidade de conversão de qualquer cidadão em vida nua matável, submetido a um sistema político convertido em máquina letal, isso significa que, uma vez mais, a máscara da política contemporânea é desvelada, de maneira a expor seu retrato sem retoques. Desde as *Teses sobre a História*, de Benjamin, passando pela *Dialética do Esclarecimento*, e pela análise da microfísica do poder, em Foucault, e culminando na exposição da absoluta impotência humana de homens convertidos em *homo sacer*, temos momentos importantes de deciframento da reprodução da barbárie em meio à própria vida civilizada. No que se refere à similaridade a que o presente trabalho está mais dedicado, o comprometimento da normalidade pela patologia, tal qual Adorno e Horkheimer analisam, em sua *Dialética do Esclarecimento*, encontra, na abordagem de Agamben, uma impressionante confirmação e atualização, por meio da identidade sinistra entre estado de exceção e normalidade. Essa atualização das teses centrais da *Dialética do Esclarecimento* acarreta implicações importan-

tes para o campo educacional, uma vez que reconfigura os obstáculos para uma educação desbarbarizadora, que se proponha a não-repetição de *Auschwitz*.

Em sua implicação mais óbvia e imediata no campo educacional, a análise de Agamben auxilia a refletir sobre a configuração da escola como campo, vale dizer, como espaço biopolítico no qual a vida nua é sistematicamente adestrada, preparada para sua inserção nos diferentes nichos da vida social. Recorrendo a uma expressão lapidar de Michel Foucault, corpos dóceis e úteis são produzidos em um espaço disciplinar no qual o saber está entrelaçado ao poder. Quando os resultados mais recentes de exames dedicados ao Ensino Médio no Brasil desnudam um fosso entre as escolas particulares e as escolas públicas, à luz da análise de Agamben, essa distinção aponta claramente para o lugar no qual a estrutura do campo se configura com maior intensidade. Ainda que em meio à concorrência acirrada e perversa dos colégios particulares em busca dos adolescentes que se destacam como talentos potenciais de vestibulares hipercompetitivos não se possa dizer que a barbárie tenha deixado de prosperar, é em meio à humilhação cotidiana que submete estudantes, professores, pais e funcionários nas escolas públicas brasileiras que a vida nua é sistematicamente produzida. Para os jovens de muitas escolas públicas brasileiras, o simulacro de formação que sobrevive no interior de salas de aula barulhentas, superlotadas e pichadas, em meio a um estado geral de estresse e humilhação, na maioria das vezes, destina-se somente ao preparo instrumental para o mercado de trabalho. A identificação exclusiva dos jovens estudantes com as funções contingentes a serem exercidas em uma realidade assolada pelo “horror econômico”, longe de ser um déficit educacional a ser heroicamente superado por educadores conscientes, parece mais corretamente configurar a verdadeira face da escola pública brasileira, entendida como manifestação do campo, no sentido agambeniano. No espaço biopolítico escolar, a vida nua adquire relevância somente para a produção de estatísticas mensuradoras dos níveis de repetência, de competência e de evasão, em cujo horizonte não se cogita a superação pura e simples dessa condição, mas sim a definição de sua porcentagem aceitável em determinados contextos. A barbárie sistematicamente reproduzida na área da educação é produto do progresso do planejamento racional, tanto quanto, no campo científico, as câmaras de gás e a bomba atômica testemunham a hegemonia da irracionalidade da razão.

Como mencionamos no início, à dialética do esclarecimento corresponde necessariamente a dialética da educação. Nesse sentido, o trabalho recente de Agamben aponta dificuldades adicionais para os educadores que se propõem a tarefa de impedir a repetição da barbárie. Assim, parafraseando o autor, para

quem “somente uma política que saberá fazer as contas com a cisão biopolítica fundamental do Ocidente poderá refrear esta oscilação e pôr fim à guerra civil que divide os povos e as cidades da terra” (2007, p. 186), igualmente, para os educadores, o imperativo da autorreflexão dialética adquire, mais uma vez, certa urgência que contém algo de desesperador. Em consequência, somente uma educação que saiba acertar as contas com suas implicações biopolíticas poderá fazer frente a seu papel de reprodução da vida nua. E, para essa tarefa, a expressão “campo educacional”, tantas vezes mobilizada pelos educadores, terá que ser compreendida em seu sentido menos retórico e mais literal.

### Referências

- ADORNO, T. W. *Educação e Emancipação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Minima Moralia - reflexões a partir da vida danificada*. São Paulo: Ática, 1992.
- AGAMBEN, G. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte, UFMG, 2007.
- HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. W. Teoria de la seudocultura. In: *Sociologica*. Madrid: Taurus, 1971.
- \_\_\_\_\_. *Dialética do Esclarecimento - fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- MARCUSE, Herbert. *A Ideologia da Sociedade Industrial*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- SORIA, A.C. S. *Dialética do esclarecimento: a mortificação do homem*. in: *Mente, Cérebro & Filosofia* (edição especial n. 7). São Paulo, Duetto Editorial, 2009.